



SANTA CASA
M o g i G u a ç u

**RELATÓRIO
CONTÁBIL
FINANCEIRO
EXERCÍCIO 2021**



APRESENTAÇÃO

Como Provedor da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI GUAÇU**, cumpro o honro dever de apresentar à consideração da Diretoria, dos Irmãos e, também da sociedade guaçuana, o Relatório Contábil Financeiro contendo as Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

Durante a gestão à frente da Diretoria desta entidade, sempre pautamos nosso trabalho na busca da excelência no fiel cumprimento da missão institucional de desenvolver e proporcionar ações de saúde para todos, com qualidade e responsabilidade social.

Procuramos proporcionar sempre ao Corpo Clínico e a todos os funcionários as melhores condições de trabalho, o que a cada ano que passa fica mais difícil, uma vez que o somando-se todos os valores pagos pelo Convênio SUS, mais os recursos próprios da Prefeitura Municipal, a conta não fecha, pois chega-se a uma importância que não é suficiente para cobrir o custo dos serviços prestados.

A **SANTA CASA** ratifica a sua condição de ser o **único hospital privado** que atende usuários do convênio SUS na cidade de Mogi Guaçu, o que faz com muita competência e dedicação.

A entidade fecha suas contas com um déficit da ordem de **R\$ 3.369.362,15 (três milhões, trezentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e dois reais e quinze centavos)**, fruto principalmente dos inevitáveis aumentos dos custos, da pandemia covid 19 e falta de reajuste na tabela do convênio SUS.

Apesar disto ressaltamos que a **SANTA CASA**, favorecida pelo permanente auxílio da Divina Providência, conseguiu honrar, a duras penas neste ano de 2021, mais uma etapa da sua já tão longa e nobre missão de servir a todos, indistintamente.

Romildo Fontaniello
Provedor



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		2.021	2.020
ATIVO CIRCULANTE		14.852.484,43	13.285.743,96
<i>DISPONIBILIDADES</i>		<i>516.510,69</i>	<i>1.923.067,42</i>
Bens Numerários		161.136,36	31.986,80
Depósitos Bancários a Vista-Recursos Livres	NE-3-D	147.064,10	1.326,96
Depósitos Bancários a Vista-Recursos Restritos	NE-3-D	6.504,03	1.067.261,85
Aplicações de Liquidez Imediata Recursos Livres	NE-3-E	77.928,66	469.372,48
Aplicações de Liquidez Imediata Recursos Restritos	NE-3-E	123.877,54	353.119,33
<i>REALIZÁVEL A CURTO PRAZO</i>		<i>14.335.973,74</i>	<i>11.362.676,54</i>
A Receber CONTRATUALIZAÇÃO "SUS"	NE-5	2.530.761,30	1.892.865,74
A Receber "OUTROS CONVÊNIOS e PARTICULARES"	NE-5	1.141.599,78	967.511,75
Convênio Estadual 420/2020 (Pró Santa Casa)	NE-5	756.000,00	756.000,00
Termo Aditivo 08 - Convênio 02/2019 - Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu	NE-5	1.920.000,00	-
Convênio Estadual 359/2020 (Santas Casas Sustentáveis)	NE-5	6.328.224,00	6.328.224,00
Adiantamentos e Convênios a Empregados		101.052,85	139.049,02
Custos e Despesas Antecipadas		45.000,00	36.252,72
Adiantamentos a Fornecedores		215.358,89	127.274,00
Estoques	NE-4	1.297.976,92	1.115.499,31
ATIVO NÃO CIRCULANTE		33.147.937,81	38.689.281,68
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		7.257.221,35	14.231.448,00
Valores a Realizar de Longo Prazo		109.997,35	-
Convênio Estadual 420/2020 (Pró Santa Casa)	NE-24	819.000,00	1.575.000,00
Convênio Estadual 359/2020 (Santas Casas Sustentáveis)	NE-24	6.328.224,00	12.656.448,00
IMOBILIZADO		25.890.716,46	24.457.833,68
Imóveis	NE-3-F	24.029.893,64	23.981.494,81
Bens Móveis	NE-3-F	13.654.433,83	11.634.365,59
(-) Subvenções para Investimentos a Realizar	NE-3-F	(1.201.177,41)	(1.306.515,48)
(-) Depreciação Acumulada	NE-3-F	(10.592.433,60)	(9.851.511,24)
TOTAL		48.000.422,24	51.975.025,64

>>> AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <<<



BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO		2.021	2.020
PASSIVO CIRCULANTE		27.638.231,76	25.429.702,33
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS		7.965.361,92	7.307.113,01
Fornecedores e Contas a Pagar		3.564.461,53	3.170.103,47
Cheques Emitidos a Compensar		-	5.556,91
Honorários Médicos a Repassar	NE-9	1.373.958,89	1.531.140,49
Convênios para Funcionários		327.303,98	240.641,21
Outras Obrigações		453.907,86	29.655,00
Empréstimos de Curto Prazo	NE-13	3.536.028,66	3.737.034,50
(-) Encargos Financeiros a Apropriar		(1.290.299,00)	(1.407.018,57)
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS		8.029.480,39	8.433.499,40
Salários a Pagar		982.226,62	913.834,25
Rescisões Parceladas a Pagar		554.543,05	844.095,17
INSS/FGTS e Contribuições a Recolher	NE- 6	4.602.608,79	4.650.972,74
Provisão de Férias a Pagar	NE-3-G	1.890.101,93	2.024.597,24
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		2.350.377,44	1.859.614,78
Impostos e Contribuições a Recolher		1.162.181,41	1.257.502,33
Impostos e Contribuições Parcelados - Curto Prazo	NE 14	1.427.638,66	720.424,51
(-) Encargos Financeiros e Pagamento a Apropriar		(239.442,63)	(118.312,06)
RECURSOS DE PROJETOS E CONVÊNIOS		9.293.012,01	7.829.475,14
Convênios a Realizar	NE-22	9.293.012,01	7.829.475,14
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		18.965.747,52	23.395.686,00
OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO		18.965.747,52	23.395.686,00
Provisões para Contingências/Exigibilidades	NE-7-A	406.636,24	524.261,02
Convênios Estaduais a Realizar Pró Santa Casa e Santas Casas Sustentáveis	NE-22	7.147.224,00	14.231.448,00
Empréstimos a Longo Prazo	NE-13	10.573.789,70	8.344.227,30
(-) Encargos Financeiros a Apropriar		(2.621.743,41)	(1.890.685,48)
Impostos e Contribuições Parcelados - Longo Prazo	NE-14	4.386.293,00	2.767.866,40
(-) Encargos Financeiros a Apropriar		(926.452,01)	(581.431,24)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.396.442,96	3.149.637,31
Patrimônio Social		2.392.531,66	1.578.525,80
Ajuste de Avaliação Patrimonial		19.573.344,81	20.314.267,17
Déficit Acumulado		(20.569.433,51)	(18.743.155,66)
TOTAL		48.000.422,24	51.975.025,64

>>> AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <<<



**DRE – DEMONSTRAÇÃO DO
SUPERÁVIT OU (DÉFICIT) DO
EXERCÍCIO POR CONVÊNIO**

TOTAL DAS RECEITAS POR CONVÊNIO - EXERCÍCIO DE 2021			
CONTAS DE RESULTADO	RECEITAS COM PACIENTES DO CONVÊNIO SUS	RECEITAS COM PACIENTES NÃO SUS	RECEITA TOTAL
TOTAL DAS RECEITAS P/CONVÊNIO	41.769.212,18	20.585.441,65	62.354.653,83
RECEITAS DIRETAS DO CONVÊNIO SUS	15.472.158,12		15.472.158,12
RECEITAS DE SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS	19.158.692,66		19.158.692,66
RECEITAS DE ISENÇÕES FISCAIS USUFRUIDAS	7.138.361,40		7.138.361,40
RECEITAS COM PACIENTES NÃO SUS		20.585.441,65	20.585.441,65
TOTAL DOS CUSTOS E DESPESAS POR CONVÊNIO - EXERCÍCIO DE 2021			
CONTAS DE RESULTADO	CUSTOS E DESPESAS COM PACIENTES DO CONVÊNIO SUS	CUSTOS E DESPESAS COM PACIENTES NÃO SUS	TOTAL dos CUSTOS e DESPESAS
	51.495.919,84	14.228.096,14	65.724.015,98
SUBTOTAL CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	41.861.063,52	13.427.192,12	55.288.255,64
SALÁRIOS DIRETOS	11.820.220,63	3.789.747,36	15.609.967,99
ENCARGOS SOCIAIS	4.068.307,17	1.305.159,30	5.373.466,47
OUTROS GASTOS COM PESSOAL	1.662.872,11	533.468,33	2.196.340,44
HONORÁRIOS MÉDICOS	10.843.251,78	3.478.638,75	14.321.890,53
SERVIÇOS TÉCNICOS DE TERCEIROS	1.975.118,25	633.640,45	2.608.758,70
CONSUMO DE MEDICAMENTOS	3.512.856,29	1.126.964,33	4.639.820,62
CONSUMO DE MATERIAIS HOSPITALARES	3.085.911,44	989.995,56	4.075.907,00
ORTESSES E PROTESES	1.161.960,80	372.770,27	1.534.731,07
MATERIAIS DIRETOS DE EXAMES	559.680,76	179.551,97	739.232,73
MATERIAIS DE ASSEPSIA, HIGIÊNE E LIMPEZA	228.334,56	73.252,33	301.586,89
COMBUSTÍVEIS DE USO INTERNO	36.995,02	11.868,43	48.863,45
IMPRESSOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE	118.355,39	37.969,76	156.325,15
GENEROS ALIMENTÍCIOS	670.694,80	215.166,54	885.861,34
OXIGÊNIO E GASES MEDICINAIS	192.956,66	61.902,69	254.859,35
GASTOS COM DESCARTÁVEIS	34.935,76	11.207,79	46.143,55
ÁGUA, ENERGIA ELÉTRICA E COMUNICAÇÕES	651.129,15	208.889,65	860.018,80
MANUTENÇÃO E REPAROS	762.460,23	244.605,93	1.007.066,16
GASTOS GERAIS	475.022,70	152.392,70	627.415,40
SUBTOTAL DE OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	2.496.494,92	800.904,02	3.297.398,94
DESPESAS FINANCEIRAS	1.935.203,52	620.835,34	2.556.038,86
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	331,40	106,32	437,72
DEPRECIÇÃO	560.960,00	179.962,36	740.922,36
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS CIVEIS/TRAB	-	-	-
SUBTOTAL DE DESPESAS DEVIDAS E ISENTAS POR INCENTIVO FISCAL	7.138.361,40	-	7.138.361,40
DESPESAS DEVIDAS E ISENTAS P/INC.FISCAL	7.138.361,40	-	7.138.361,40
RESULTADO FINAL POR CONVÊNIO - EXERCÍCIO DE 2021			
CONVÊNIO	CONVÊNIO SUS	PACIENTES NÃO SUS	TOTAL
RESULTADO FINAL P/CONVÊNIO	(9.726.707,66)	6.357.345,51	(3.369.362,15)

>>> AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <<<



**ANÁLISE ECONÔMICA E
FINANCEIRA**

ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA		
INDICADORES	2.021	2.020
LC = LIQUIDEZ CORRENTE	0,53	0,52
Fórmula: Ativo Circulante/Passivo Circulante		
LG = LIQUIDEZ GERAL	0,47	0,56
Fórmula: (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)		
SG = SOLVÊNCIA GERAL	1,03	1,06
Fórmula: Ativo Total / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)		

OUTROS DADOS - Balanço encerrado em 31/12/2021		
RECEITA TOTAL	62.354.653,83	46.482.846,73
RECEITA PÚBLICA (CONVÊNIO SUS)	41.769.312,18	29.845.933,01
RECEITA PRIVADA (PACIENTES NÃO SUS)	20.585.341,65	16.636.913,72
DESPESA TOTAL	65.724.015,99	50.198.394,78
DESPESAS COM RH DIRETO	23.179.774,91	21.358.612,10
SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.608.758,70	1.643.752,98



**DMPL – DEMONSTRAÇÃO DAS
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO**

ITENS	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	DÉFICIT ACUMULADO	TOTAL
BALANÇO 31/12/2020	1.578.525,80	20.314.267,17	(18.743.155,66)	3.149.637,31
Transferência para Resultados Acumulados	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(740.922,36)	740.922,36	-
Ajuste de Resultados Anteriores	-	-	802.161,94	802.161,94
Doações Patrimoniais	814.005,86	-	-	814.005,86
Superávit (Déficit) do Exercício	-	-	(3.369.362,15)	(3.369.362,15)
BALANÇO 31/12/2021	2.392.531,66	19.573.344,81	(20.569.433,51)	1.396.442,96



**DFC DEMONSTRAÇÃO DO
FLUXO DE CAIXA**

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020
Superávit (Déficit)Líquido	(3.369.362,16)	(1.326.790,38)
Depreciação	740.922,36	679.178,83
Ajustes de Resultados Anteriores	802.161,92	(121.636,58)
(Aumento)/Redução nos Ativos Operacionais		
Contas a Receber no Curto Prazo	(811.983,59)	(153.789,24)
Contas a Receber/a Realizar no Longo Prazo	5.054.226,65	(14.210.822,74)
Contas a Receber Convênios Estaduais Curto Prazo	-	(7.084.224,00)
Adiantamentos e Convênios para Funcionários	37.996,17	(63.338,48)
Adiantamentos a Fornecedores	(88.084,89)	(65.675,93)
Custos e Despesas Antecipadas	(8.747,28)	82.550,28
Estoques	(182.477,61)	(493.043,04)
Depósitos Judiciais e Cheques em Proc.de Cobr.	-	16.332,91
(Redução)/Aumento nos Passivos Operacionais		
Fornecedores	349.358,06	488.465,74
Cheques Emitidos a Compensar	(5.556,91)	5.556,91
Honorários Médicos a Repassar	(157.181,60)	251.664,37
Convênios para Funcionários	86.662,77	68.418,14
Obrigações Trabalhistas	(269.523,70)	3.677.437,47
Obrigações Tributárias	(95.320,92)	726.428,29
Contas Diversas a Pagar	469.252,86	7.608,00
Provisão para Férias a Pagar	(134.495,31)	29.069,33
Convenios a Realizar no Curto Prazo	1.463.536,87	6.723.882,28
Convenios a Realizar no Longo Prazo	(7.084.224,00)	14.231.448,00
= Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(3.202.840,31)	3.468.720,16
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2021	2020
Pagamentos pela compra de imobilizado	(2.068.467,07)	(661.368,20)
Subvenções para Investimentos	(105.338,07)	(30.025,24)
Doações Patrimoniais	814.005,86	82.000,00
= Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(1.359.799,28)	(609.393,44)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	2021	2020
Empréstimos de Curto Prazo	(84.286,27)	(283.795,47)
Parcelamentos de Curto Prazo	980.704,54	64.765,76
Empréstimos de Longo Prazo	1.498.504,47	(2.169.981,92)
Parcelamentos de Longo Prazo	878.784,87	(16.747,28)
Provisões de Longo Prazo	(117.624,78)	239.173,81
= Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	3.156.082,83	(2.166.585,10)
= VARIAÇÃO LÍQUIDA	(1.406.556,76)	692.741,62
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2021	2020
No início do exercício	1.923.067,45	1.230.325,83
No final do exercício	516.510,69	1.923.067,45
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.406.556,76)	692.741,62

>>> AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <<<



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31/12/2021**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **SANTA CASA DE MOGI GUAÇU**, foi fundada em 22/11/1913 sob a forma de **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SEM FINS LUCRATIVOS**, com o objetivo de prestar assistência médico-hospitalar de forma gratuita à população carente e de forma onerosa àqueles que puderem arcar com o custo do tratamento. É reconhecida como de utilidade pública pelas autoridades: **FEDERAL**: Dec. 86.668 – 30/11/1981, **ESTADUAL**: Dec. 3.585 – 23/04/1971, e **MUNICIPAL**: Dec. 312 – 22/02/1961. A entidade possui também a necessária **CERTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE CNES nº 2096463**.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Leis e Normas Contábeis Brasileiras, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, incluindo suas posteriores alterações com as Leis nºs 11.638/2007, 11.941/09 e 12.101/09), nos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. Observam também as exigências do Decreto Lei Nº 7237/10, da Portaria do MS nº 3355/10 e Resolução do CNAS nº 109/09. A divulgação é feita de forma comparativa com a do exercício anterior.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS DIRETRIZES E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A. RECONHECIMENTO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

As contas de DESPESAS e RECEITAS são reconhecidas respeitando o Princípio da COMPETÊNCIA.

B. ATIVO CIRCULANTE

As contas a receber de curto prazo estão registradas pelo valor original, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos.

C. MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcionada da entidade.

D. SALDOS BANCÁRIOS

As contas bancárias estão subdivididas em dois grupos. O primeiro grupo apresenta as contas de livre movimentação, portanto **SEM RESTRIÇÃO DE USO** a seguir relacionadas:

SALDOS BANCÁRIOS DE RECURSOS LIVRES SEM RESTRIÇÕES DE USO	SALDO EM 31/12/2021	SALDO EM 31/12/2020
Bco. Santander S/A – Conta 373-3	2.152,59	0,00
Caixa Econômica Federal – Conta 002-0	254,48	0,00
Caixa Econômica Federal – Conta 555-1	0,00	472,69
Caixa Econômica Federal – Conta 555-7	1.695,40	0,00
Sicoob Unimais – Conta 1767-1	142.147,34	853,26
Sicred Conta 97520-2	1,00	1,00
Sicred Conta 59795-1	813,29	0,01
TOTAL	147.064,10	1.326,96

O segundo grupo representa as contas onde são movimentados os recursos oriundos de convênios mantidos pela entidade com o poder público, e também com outras empresas ou entidades, portanto **COM RESTRIÇÕES NO SEU USO**. Os saldos bancários eram os seguintes:

>>> AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <<<



RELATÓRIO CONTÁBIL FINANCEIRO EXERCÍCIO 2.021 – CNPJ 52739.950/0001-36

SALDOS BANCÁRIOS COM RESTRIÇÕES DE USO	SALDO EM 31/12/2021	SALDO EM 31/12/2020
Bco. do Brasil S/A – Conta 13742-1 Pró Santas Casas	1.009,00	0,00
Bco. do Brasil S/A – Conta 40970-4 Stas. Casas Sustentáveis	0,00	0,00
Bco. do Brasil S/A – Conta 40065-7	363,23	755,03
Bco. do Brasil S/A – Conta 47824-5	600,00	0,00
Bco. do Brasil S/A – Conta 48626-4	2.271,90	63,90
Bco. do Brasil S/A – Conta 48957-3	600,00	0,00
Bco. do Brasil S/A – Conta 51931-6	1.498,40	1.033.878,89
Bco. do Brasil S/A – Conta 51963-4	161,50	0,00
Caixa Econômica Federal – Conta 1536-0	0,00	32.564,03
Bco. Itaú Unibanco S/A	0,00	0,00
TOTAL	6.504,03	1.067.261,85

E. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo total da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência e estão aplicados na modalidade de curto prazo. Também estão divididas em **APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE UTILIZAÇÃO SEM RESTRIÇÕES DE USO** cujos saldos estão a seguir relacionados:

SALDO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS LIVRES SEM RESTRIÇÕES DE USO	SALDO EM 31/12/2021	SALDO EM 31/12/2020
Bco. do Brasil S/A – Conta 2292-6	1.037,49	36.215,03
Bco. do Brasil S/A – Conta 13742-1	0,00	66.205,57
Bco. do Brasil S/A – Conta 48638-8	0,00	741,93
Caixa Econômica Federal – Conta 1536-0	770,83	0,00
Caixa Econômica Federal – Conta 555-7	47.386,82	0,00
Bco. Santander S/A – Conta 675-3	20.660,83	327.118,36
Bco. Santander S/A – Conta 373-3	7.851,42	4.793,73
Sicredi – Conta 97520-2	221,27	2.121,80
Sicredi – Conta 59795-2	0,00	32.176,06
TOTAL APLICAÇÕES FINANCEIRAS SEM RESTRIÇÕES DE USO	77.928,66	469.372,48

e **APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO DE USO** são compostas pelos seguintes valores:

SALDOS DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS COM RESTRIÇÃO DE USO	SALDO EM 31/12/2021	SALDO EM 31/12/2020
Bco. do Brasil S/A – Conta 47824-5	1.202,94	7.277,17
Bco. do Brasil S/A – Conta 48957-3	1.217,28	292,39
Bco. do Brasil S/A – Conta 47824-5	1.199,63	275,11
Bco. do Brasil S/A – Conta 40970-7 Stas. Casas Sustentáveis	61.236,69	289.596,44
Bco. do Brasil S/A – Conta 47836-9	30.778,96	28.639,99
Bco do Brasil S/A – Conta 48638-8	108,80	0,00
Bco. do Brasil S/A – Conta 51381-4	2.455,93	0,00

>>> AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <<<



RELATÓRIO CONTÁBIL FINANCEIRO EXERCÍCIO 2.021 – CNPJ 52739.950/0001-36

Caixa Econômica Federal – Conta Educasus - Telemedicina	25.677,31	27.038,23
TOTAL APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO DE USO	123.877,54	353.119,33

F. IMOBILIZADO

Está demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a legislação fiscal, com base nas taxas abaixo relacionadas:

Edifícios	4% a.a.	Equipamentos de Informática	20% a.a.	Demais Bens.	10% a.a.
-----------	---------	-----------------------------	----------	--------------	----------

Os valores que compõem o Ativo Imobilizado são os seguintes:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020
Bens Imóveis (*)	24.029.893,64	23.981.494,81
Bens Móveis	13.654.433,83	11.634.365,59
(-) Subvenções. p/Investimentos à Realizar	-1.201.177,41	-1.306.515,48
(-) Depreciação Acumulada	-10.592.433,60	-9.851.511,24
TOTAL	25.890.716,46	24.457.833,68

As Leis nºs 11.638/07 e 11.941/2009 requerem que seja realizada avaliação da recuperabilidade ou "*impairment test*" de todos os itens integrantes do Ativo Imobilizado sempre que houver indício de perda, objetivando prevenir para que nenhum bem esteja registrado por valor maior que o da sua efetiva realização, quer seja pela sua venda ou pelo seu uso (dos dois o maior).

A entidade avaliou os seus bens e não identificou perdas a serem registradas por valor realizável menor do que o valor contábil, ressaltando também que nos exercícios anteriores não houve reavaliação destes bens, que ao longo do tempo foram depreciados pelas taxas permitidas pela legislação fiscal. Verifica-se, portanto, com evidências claras, que o Ativo Imobilizado tem seu valor inferior ao valor recuperável, motivo pelo qual não foi necessária a realização de provisão para perda sobre os bens patrimoniais.

G. PROVISÃO DE FÉRIAS

Atinge **R\$ 1.890.101,93** e foi calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, incluídos os encargos sociais correspondentes.

H. PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Está demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, atualizados conforme as taxas constantes dos contratos e calculados até 31/12/2021.

4. ESTOQUES

Os estoques referem-se a medicamentos, materiais hospitalares e outros produtos utilizados pelo hospital e estão avaliados pelo custo médio.

CONTAS	31/12/2021	31/12/2020
Drogas e Medicamentos	633.123,88	552.749,34
Materiais Hospitalares	540.034,73	403.129,00
Outros	124.818,31	159.620,97
TOTAL DOS ESTOQUES	1.297.976,92	1.115.499,31

5. CONTAS A RECEBER

CONTAS	31/12/2021	31/12/2020
Valor a receber ref. aos recursos federais oriundos da CONTRATUALIZAÇÃO DO SUS	1.845.471,03	1.442.865,74

>>> AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <<<



RELATÓRIO CONTÁBIL FINANCEIRO EXERCÍCIO 2.021 – CNPJ 52739.950/0001-36

Valor a receber ref. aos recursos municipais oriundos da CONTRATUALIZAÇÃO DO SUS	450.000,00	450.000,00
Valor a receber ref. recursos municipais para CIRURGIAS ONCOLÓGICAS – CONVÊNIO HOSPITAL MUNICIPAL TABAJARA RAMOS	235.290,27	0,00
Contas a Receber – Convênios Estaduais – Convênio 420/2020 – Pró Santa Casa - 12 Parcelas de R\$ 63.000,00	756.000,00	756.000,00
Contas a Receber – Convênio 359/2020 – Santas Casas Sustentáveis – 12 Parcelas de R\$ 527.352,00	6.328.224,00	6.328.224,00
Valor a Receber ref. TA nº 08 – Convênio 02/2019 – Custeio UTI Covid 19 – Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu	1.920.000,00	0,00
SUBTOTAL A RECEBER DO CONVÊNIO SUS	11.534.985,30	8.977.089,74
Valores a Receber de Outros Convênios	991.315,76	898.899,15
Contas a Receber de Particulares	150.284,02	68.612,60
TOTAL DAS CONTAS A RECEBER	12.676.585,08	9.944.601,49

6. INSS/FGTS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

São os valores a recolher em 31/12/2021 referente às contribuições previdenciárias e sindicais, além da contribuição para o FGTS que representa o maior valor conforme abaixo:

CONTAS	31/12/2021	31/12/2020
INSS a Recolher	1.172.097,43	2.091.939,77
Contribuições Sindical / Assist. e Confederativa	311.477,32	266.756,34
FGTS a Recolher	3.119.034,04	2.292.276,63
TOTAL A RECOLHER	4.602.608,79	4.650.972,74

7. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS/EXIGIBILIDADES DE LONGO PRAZO

A. CONTINGÊNCIAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Com base nas informações dos seus assessores jurídicos, a entidade mantém a necessária provisão para fazer face às contingências, cíveis e trabalhistas. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

CONTA	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para Contingências Cíveis e Trabalhistas	406.636,24	524.261,02

B. PROCESSO MOVIDO PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN REPRESENTADA PELA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – AGU

NÃO PROVISIONADO

ÁREA DE DIREITO PÚBLICO

Autuante: Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN

Autuado: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Guaçu

Objeto: Nulidade de auto de infração – Diferença de recolhimento de FGTS (mensal, 10%, 40% e rescisório)

Ação: Trabalhista

Processo: 0011590-49.2019.5.15.0071

Vara: do Trabalho de Mogi Guaçu

Valor da causa: R\$ 2.402.627,30

Distribuição: 28/10/2019

>>> AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS <<<



Andamentos:

Concedida liminar para suspender a exigibilidade da cobrança até o trânsito em julgado
Apresentada defesa da União
Aguardando Sentença

Não provisionamento

A Diretoria, apesar do parecer do Departamento Jurídico, classificando como uma causa de provável de condenação, optou por não realizar a provisão para este processo, considerando que o prognóstico mais adequado seja o da possível condenação e que a sentença deverá ser conhecida apenas depois de 2022.

8. APLICAÇÃO DOS RECURSOS E IMUNIDADE FISCAL

Tendo em vista que a Santa Casa:

- aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional,
- não remunera nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou título a seus diretores, conselheiros, sócios, benfeitores ou equivalentes,
- em caso de dissolução ou extinção da Santa Casa, o eventual patrimônio remanescente será destinado a uma entidade congênere devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou uma entidade pública a critério da Instituição e
- não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio sob nenhuma forma, mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas,

Assim, a entidade está imune ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a Contribuição social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, ao PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e aos impostos municipais e estaduais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional – CTN, de acordo com a Lei nº 12.101 de 27/11/2009 e no art. 29 a entidade faz jus a isenção do pagamento das contribuições de que trata os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991.

9. HONORÁRIOS MÉDICOS A REPASSAR

No total das contas a receber do Convênio SUS e de Outros Convênios, estão incluídos os valores dos honorários médicos a repassar que conforme demonstrado no passivo exigível atinge o montante de **R\$ 1.373.958,89**.

10. DOAÇÕES RECEBIDAS

São valores que a entidade recebe de **PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS**, em caráter definitivo. São constituídas de recursos financeiros, ou direito de propriedade de bens móveis e imóveis e destinam-se ao custeio, investimentos e imobilizações da entidade, sem contrapartida dos benefícios dos recursos. Estes valores estão assim distribuídos:

DOADORES	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020
Pessoas Físicas	56.169,40	265.447,04
Campanha de Doações pela Conta de Água	37.541,84	56.810,03
Pessoas Jurídicas	1.372.372,73	458.344,23
Doações em Materiais de Consumo	281.515,68	617.730,31
TOTAL DAS DOAÇÕES RECEBIDAS	1.747.599,65	1.398.331,61

11. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS RECEBIDAS

São as transferências derivadas da lei orçamentária e concedidas por órgãos do setor público a entidades: públicas ou privadas, com o objetivo de cobrir despesas com a manutenção e o custeio destas caracterizadas ou não pela contraprestação de bens e serviços da beneficiária dos recursos. A entidade recebeu auxílios e subvenções do Poder Público assim distribuídos:



RELATÓRIO CONTÁBIL FINANCEIRO EXERCÍCIO 2.021 – CNPJ 52739.950/0001-36

ORIGEM	FINALIDADE	EXERCÍCIO DE 2021	EXERCÍCIO DE 2020
FEDERAL	Subvenções para Custeio Covid 19	4.367.500,00	3.551.427,31
	Subvenções de Emendas Parlamentares	0,00	678.978,30
	TOTAL DE SUBVENÇÕES FEDERAIS RECEBIDAS	4.367.500,00	4.230.405,61
ORIGEM	FINALIDADE	EXERCÍCIO DE 2021	EXERCÍCIO DE 2020
ESTADUAL	Convênio 420/2020 Pró Santa Casa 12 parcelas de R\$ 63.000,00	756.000,00	693.000,00
	Convênio 359/2020 Santas Casas Sustentáveis 12 parcelas de R\$ 527.352,00	6.328.224,00	6.328.224,00
	Subvenção Emergencial para Custeio	0,00	150.000,00
	Contribuição de Solidariedade – Cartórios	122.707,51	85.352,49
	TOTAL DE SUBVENÇÕES ESTADUAIS RECEBIDAS	7.206.931,51	7.256.576,49
ORIGEM	FINALIDADE	EXERCÍCIO DE 2021	EXERCÍCIO DE 2020
MUNICIPAL	Recursos Próprios recebidos da municipalidade por conta da CONTRATUALIZAÇÃO DO CONVÊNIO SUS	5.860.060,21	5.722.348,98
	Subvenção Municipal para Custeio Termo Aditivo 03/2021 – Convênio 01/2020	960.000,00	0,00
	Emenda impositiva para Custeio	434.000,00	1.347.000,00
	Emenda impositiva para Investimentos	50.000,00	0,00
	TOTAL DE SUBVENÇÃO MUNICIPAL RECEBIDAS	7.304.060,21	7.069.348,98

12. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS REALIZADAS

São os valores das subvenções para investimentos que foram realizados durante este exercício. A realização ocorre de acordo com a depreciação dos bens adquiridos e/ou do seu uso pela entidade

ORIGEM	FINALIDADE	EXERCÍCIO DE 2021	EXERCÍCIO DE 2020
FEDERAL	Receitas Realizadas Projeto Educasus	3.387,91	5.375,78
	Subvenções para Investimentos Realizadas	114.472,83	118.455,53
	TOTAL DE SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS REALIZADAS	117.860,74	123.831,31
ESTADUAL	Subvenções para Investimentos Realizadas	162.340,20	161.506,87



13. EMPRÉSTIMOS:

Para manter o atendimento ao Convênio SUS a **SANTA CASA** é obrigada a recorrer a empréstimos bancários e de outras fontes oferecendo como garantia o próprio faturamento dos serviços prestados. Em 31/12/2021 a situação era a seguinte:

CREDOR	CURTO PRAZO - VCTO EM 2022			LONGO PRAZO - VCTO APÓS 31/12/2022			TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS A PAGAR COM JUROS
	Quant. de Parcelas	Valor da Parcela	Total a Pagar	Quant. de Parcelas	Valor da Parcela	Total a Pagar	
GIRO SUS - BANCO SANTANDER	12	237.032,45	2.844.389,35	38	237.032,45	9.007.232,48	11.851.621,83
(-) JUROS A APROPRIAR			(1.290.299,00)			(2.621.743,41)	
CONTA GARANTIDA SANTANDER			300.000,00				300.000,00
SICOOB PÓS FIXADO	12	32.636,61	391.639,31	48	32.636,61	1.566.557,22	1.958.196,53
TOTAL GERAL DOS EMPRÉSTIMOS COM JUROS			3.536.028,66	10.573.789,70			14.109.818,36

14. FGTS PARCELADO:

A entidade mantém também parcelamento referente aos débitos do FGTS, como demonstrado a seguir:

PARCELAMENTO DO FGTS	CURTO PRAZO - VCTO EM 2022			LONGO PRAZO - VCTO APÓS 12/2022			TOTAL DO FGTS PARCELADO COM JUROS
	Quant. de Parcelas	Valor da Parcela	Total a Pagar	Quant. de Parcelas	Valor da Parcela	Total a Pagar	
FGTS PARCELADO	12	50.768,89	609.226,70	15	50.768,89	746.306,30	1.355.533,00
(-) JUROS A APROPRIAR			(76.638,60)			(108.571,35)	
TOTAL GERAL DO PARCELAMENTO COM JUROS			609.226,70	746.306,30			1.355.533,00



15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS:

Para fazer frente às dificuldades na geração de caixa para pagamento dos impostos e contribuições em dia a **SANTA CASA**, foi obrigada a parcelar os impostos e contribuições de sua responsabilidade, com a adesão ao PERT Programa Especial de Regularização Tributária MP 783/2017 – Lei 13496/2017, que estão demonstrados a seguir:

IMPOSTO CONTRIBUIÇÃO PARCELADO	CURTO PRAZO - VCTO EM 2022			LONGO PRAZO - VCTO APÓS 12/2022			TOTAL DOS IMPOSTOS PARCELADOS COM JUROS
	Quant. de Parcelas	Valor da Parcela	Total a Pagar	Quant. de Parcelas	Valor da Parcela	Total a Pagar	
PARCELAMENTO IRRF/CSRF 2020	12	5.332,10	63.985,22	117	5.332,10	623.860,43	687.845,65
(-) JUROS A APROPRIAR IRRF/CRF			(17.186,76)			(167.570,91)	
PARCELAMENTO IRRF/CSRF	12	4.164,42	49.973,00	96	4.164,42	399.784,39	449.757,39
(-) JUROS A APROPRIAR IRRF/CRF			(14.755,67)			(118.045,06)	
PARCELAMENTO INSS	12	3.681,99	44.183,88	85	3.681,99	312.969,15	357.153,03
(-) JUROS A APROPRIAR INSS			(9.731,03)			(68.931,48)	
PARCELAMENTO IRRF/CSRF 2021	12	10.119,93	121.439,14	59	10.119,93	597.075,72	718.514,86
(-) JUROS A APROPRIAR IRRF/CRF			(30.696,60)			(150.924,95)	
PARCELAMENTO INSS 2021	12	44.902,56	538.830,72	38	44.902,56	1.706.297,01	2.245.127,73
(-) JUROS A APROPRIAR INSS			(90.433,97)			(312.408,26)	
TOTAL GERAL DOS PARCELAMENTOS COM JUROS			818.411,96	3.639.986,70			4.458.398,66

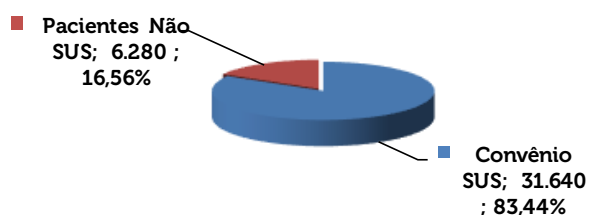


16. CONVÊNIO SUS – INTERNAÇÕES – PACIENTES DIAS

As exigências da lei 12101/2009, que regulamenta a Certificação da Filantropia, estão perfeitamente atendidas, pois, foram 31.640 pacientes dias do CONVÊNIO SUS INTERNADOS, representando 83,44% do total de pacientes-dias internados, contra os 60%(sessenta por cento) exigidos. Destaque-se que a exigência legal engloba 60% dos atendimentos em internações e mais os atendimentos ambulatoriais.

INTERNAÇÕES	PACIENTES-DIAS			
	2021	% S/TOTAL	2020	% S/TOTAL
Convênio SUS	31.640	83,44%	28.856	83,71%
Pacientes Não SUS	6.280	16,56%	5.616	16,29%
TOTAL DAS INTERNAÇÕES	37.920	100,00%	34.472	100,00%

PACIENTES-DIA INTERNADOS | 2021



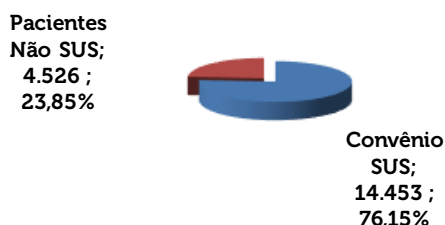
17. CONVÊNIO SUS | PRONTO SOCORRO

ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Também nos atendimentos de urgência e emergência esta exigência se mostra realizada, visto que os serviços de internação prestados aos pacientes do SUS foi de 83,44% do total de pacientes dias, e 76,15% dos procedimentos de urgência e emergência, dos atendimentos realizados pela Instituição no ano 2021, contra os 60% (sessenta por cento) exigidos entre internações e pronto socorro. Estes percentuais demonstram claramente que a **SANTA CASA** cumpre fielmente o seu papel de entidade filantrópica.

PRONTO SOCORRO ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	ATENDIMENTOS REALIZADOS			
	2021	% S/TOTAL	2020	% S/TOTAL
Convênio SUS	14.453	76,15%	52.254	75,16%
Pacientes Não SUS	4.526	23,85%	17.274	24,84%
TOTAL DOS ATENDIMENTOS	18.979	100,00%	69.528	100,00%

PRONTO SOCORRO ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA 2021



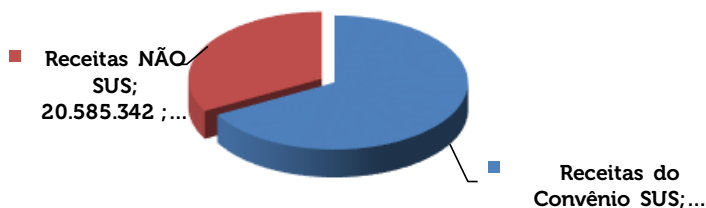


18. CONVÊNIO SUS | RECEITA

Importante notar o desequilíbrio existente entre o volume dos atendimentos do Convênio SUS, que em 2021, conforme mencionado na Nota 16, representou 83,44 % dos pacientes-dias internados, enquanto o faturamento destes serviços gerou uma RECEITA de R\$ 41.769.312,18 correspondente a apenas 66,99 % da RECEITA TOTAL da entidade. Este valor está assim constituído:

RECEITAS	TOTAL DAS RECEITAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
	2021	% S/TOTAL	2020	% S/TOTAL
Receitas do Convênio SUS	41.769.312	66,99%	43.820.401	74,37%
Receitas NÃO SUS	20.585.342	33,01%	15.099.354	25,63%
TOTAL DAS RECEITAS	62.354.654	100,00%	58.919.755	100,00%

RECEITAS SERVIÇOS PRESTADOS 2021



DETALHAMENTO DAS RECEITAS:

ORIGEM	SITUAÇÃO DAS RECEITAS	2021	2020
SUS–Minis- tério da Sa- úde (Federal)	Receitas próprias da Santa Casa recebidas no exercício	13.626.787,09	16.502.643,58
	Receitas próprias da Santa Casa a receber no Ano Seguinte	1.845.471,03	1.542.864,74
Governo Federal	Educasus realizados no exercício	3.387,91	5.375,78
	Subvenções p/ Custeio Realizadas no exercício	0,00	678.978,30
	Subvenções para Custeio – Covid 19 recebidas durante o exercício de 2021.	4.367.500,00	3.551.427,31
	Subvenções p/Investimentos Realizadas no exer- cício	114.472,83	118.455,53
Prefeitura Recursos Próprios	Recebidos no exercício	6.370.060,21	5.272.348,98
	A receber no Ano Seguinte	450.000,00	450.000,00
	Emendas Impositivas Realizadas no Exercício	484.000,00	1.347.000,00
Governo Estadual	Convênio 420/2020 – Pró Santa Casa – Valor re- cebido no exercício	756.000,00	693.000,00
	Convênio 359/2020 – Santas Casas Sustentáveis – Valor recebido no exercício	6.328.224,00	6.328.224,00
	Subvenção Emergencial Recebida no exercício	0,00	150.000,00
	Lei 11021-01-Donativo dos Cartórios	122.707,51	85.352,49
	Subvenções p/Investimentos Realizadas no exer- cício	162.340,20	161.506,87



TOTAL DAS RECEITAS DO CONVENIO SUS

34.630.950,78

36.889.197,58

Os valores federais referem-se as transferências feitas pelo Ministério da Saúde para a Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu, que na qualidade de Gestora da Saúde no município efetua o repasse para a Santa Casa de acordo com os termos da Contratualização entre as partes.

Os recursos próprios, como o nome já diz, são os valores que a Prefeitura aplica na saúde pública através de subvenção à Santa Casa.

A **SANTA CASA** recebe também valores subvencionados pelo Governado Estadual através da Secretaria Estadual de Saúde.

19. CONVÊNIO SUS

No cumprimento da sua missão institucional de proporcionar atendimento para todos, manter o atendimento do Convênio SUS sempre foi mais que uma prerrogativa da **SANTA CASA**. Ao longo dos seus 106 anos de história, a **SANTA CASA** vem cumprindo a sua missão.

O valor pago pela tabela do Convênio SUS não é suficiente sequer para cobrir o custo dos atendimentos dos seus pacientes. Importante ressaltar que os valores pagos pelo SUS referem-se a serviços efetivamente prestados pela entidade.

Esta diferença está demonstrada como Gratuidades – Serviços Não Remunerados que neste exercício atingiram a expressiva cifra de **R\$ 9.726.707,66**, que representa na realidade o **DÉFICIT GERADO PELO ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO CONVÊNIO SUS**.

20. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Atendendo à Resolução CFC nº 1.409 de 21/09/2013, que através da NBC-ITG 2002, determina o reconhecimento do trabalho voluntário pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Assim sendo foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Santa Casa. Em primeira instância encontram-se os trabalhos voluntários, que, sem nenhuma remuneração são prestados pelos membros da DIRETORIA e do CONSELHO FISCAL da entidade. A mensuração destes trabalhos foi feita com base nas horas dispendidas, avaliadas pelas taxas horárias praticadas por esses profissionais. Em 2021 as horas de trabalho foram valorizadas em R\$ 7.122,50

21. CERTIFICAÇÃO DA FILANTROPIA

A Lei 12.101/2009 regulamentada pelo Decreto 7.237/10 determina que as entidades da área da saúde, para fazer jus ao Certificado de Filantropia, deve comprovar a oferta de 60% da sua capacidade de atendimento para o Convênio SUS, o que está perfeitamente demonstrado nas **NOTAS 16, 17 e 18**.

22. CONVÊNIOS, EMENDAS IMPOSITIVAS E DOAÇÕES A REALIZAR

Referem-se a verbas remanescentes de convênios destinados a compra de equipamentos. Serão realizadas de acordo com os termos de cada convênio

CONVÊNIOS FEDERAIS A REALIZAR NO CURTO PRAZO	2021	2020
Convênio Educasus/Telemedicina	10.868,01	12.855,88
Emenda Parlamentar Convênio 2745292/2019	0,00	21.266,56
Emenda Parlamentar para compra equipamentos SINCOV	0,00	28.500,00
TOTAL DOS CONVÊNIOS FEDERAIS A REALIZAR	10.868,01	62.622,44
CONVÊNIOS ESTADUAIS A REALIZAR NO CURTO PRAZO	2021	2020
Convênio 420/2020 – Pró Santa Casa 12 parcelas de R\$ 63.000,00	756.000,00	756.000,00



RELATÓRIO CONTÁBIL FINANCEIRO EXERCÍCIO 2.021 – CNPJ 52739.950/0001-36

Convênio 359/2020 – Santas Casas Sustentáveis 12 parcelas de R\$ 527.352,00	6.328.224,00	6.328.224,00
TOTAL DOS CONVÊNIOS ESTADUAIS A REALIZAR NO CURTO PRAZO	7.084.224,00	7.084.224,00
CONVÊNIO MUNICIPAL A REALIZAR NO CURTO PRAZO	2021	2020
Termo Aditivo 08 – Convênio 02/2019	1.920.000,00	0,00
EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAL A REALIZAR NO CURTO PRAZO	2021	2020
Emendas Impositivas Municipal a Realizar	277.920,00	586.500,00
DOAÇÕES A REALIZAR (NÃO GOVERNAMENTAIS)	2021	2020
Doações de Pessoas Jurídicas a Realizar	0,00	96.128,70
TOTAL GERAL DOS CONVÊNIOS A REALIZAR NO CURTO PRAZO	9.293.012,01	7.829.475,14
CONVÊNIOS ESTADUAIS A REALIZAR NO LONGO PRAZO	2021	2020
Convênio 420/2020 – Pró Santa Casa 13 parcelas de R\$ 63.000,00 – A realizar em 2022	819.000,00	1.575.000,00
Convênio 359/2020 – Santas Casas Sustentáveis 12 parcelas de R\$ 527.352,00 – A realizar em 2022	6.328.224,00	12.656.448,00
TOTAL DOS CONVÊNIOS ESTADUAIS A REALIZAR NO LONGO PRAZO	7.147.224,00	14.231.448,00

23. IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 NOS NEGÓCIOS

Em 11 de março de 2020, a OMS – Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente o surto da Covid-19 como uma pandemia. Após essa declaração, vários países e estados instituíram medidas de isolamento social para combater a pandemia da Covid-19.

No Brasil, após a comprovação dos primeiros casos de coronavírus, quarentenas (lockdown) foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais como medidas preventivas visando reduzir a aglomeração de pessoas para controlar a proliferação do novo coronavírus. Essas quarentenas impactaram diversos segmentos da economia nacional incluindo toda cadeia de serviços de saúde.

Diante deste cenário adverso e de incertezas, a **SANTA CASA** fez um planejamento e executou ações para enfrentar estas adversidades. Dentre as medidas preventivas, a **SANTA CASA** instituiu um comitê multidisciplinar com o objetivo de monitorar os seus principais indicadores operacionais, projetar diferentes cenários com base no contexto Nacional e Global e atuar para mitigar ou endereçar todos os riscos mapeados, conforme item b) desta nota.

Quando analisamos o comportamento dos principais indicadores operacionais da **SANTA CASA** durante o auge da pandemia e do isolamento social, identificou-se uma redução na demanda pelos demais atendimentos e procedimentos em geral.

No período da pandemia, a estratégia adotada pelo município, foi de direcionar todos os pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave, para serem atendidos no HMTR – Hospital Municipal Tabajara Ramos, evitando assim que os demais pacientes da **SANTA CASA**, tivessem contato com os pacientes com COVID. Os pacientes COVID que vieram para a **SANTA CASA**, foram os que excederam a capacidade de atendimento do HMTR e aqueles que necessitavam de Hemodiálise pois o HMTR não oferecia este tratamento. Face ao enfrentamento da pandemia, tivemos inclusive a habilitação de novos leitos de UTI, por determinado período, mas ficamos sobrecarregados com as demais doenças inclusive com as cirurgias oncológicas que até então eram realizadas no HM e hoje são feitas na **SANTA CASA**.



(a) MEDIDAS DE ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAL

Diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos entes federativos, com objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as seguintes, que foram adotadas pela **SANTA CASA**:

- I. Medida Provisória 927/2020. Adoção da Medida Provisória 927 de março de 2020 que dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do COVID-19;
- II. Medida Provisória 936/2020. Adoção da Medida Provisória 936 de abril de 2020 que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do COVID-19. Afastamos aproximadamente 150 colaboradores para minimizar o risco de infecções da nossa equipe.

(b) MEDIDAS OPERACIONAIS

Visando mitigar possíveis impactos operacionais devido a pandemia, a **SANTA CASA** adotou determinadas medidas, entre elas:

- I. Criação de comitê permanente para dar suporte a colaboradores visando segurança e suporte psicológico.
- II. Revisão de escalas e implementação de rodízios nas áreas operacionais, adoção de trabalho remoto para o setor administrativo (política ainda em vigor para uma parte dos colaboradores). Além disso, houve negociação de férias dos colaboradores dessas áreas.

(c) IMPACTOS FINANCEIROS

Visando proteger a liquidez durante a crise provocada pela pandemia da Covid-19, a **SANTA CASA** manteve controle e acompanhamento dos indicadores de risco financeiro, com o seguinte resultado:

- I. Não houve necessidade de registro de redução do valor recuperável em outros instrumentos financeiros, além dos recebíveis mencionados no item anterior.
- II. Não houve quebras de convênios financeiros e operacionais dos instrumentos de dívida, não gerando, portanto, quaisquer vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos contraídos;
- III. A **SANTA CASA** também não identificou indicadores de perdas por impairment para seu ativo imobilizado e intangível.

A administração avaliou que a posição de caixa, equivalentes e títulos e valores mobiliários, excluindo os recursos restritos, é suficiente para atender os compromissos financeiros já contratados assim como as necessidades adicionais que possam surgir em virtude da pandemia.

(d) OUTROS IMPACTOS

A crise provocada pela pandemia da Covid-19 trouxe impacto na sinistralidade da **SANTA CASA**, onde a partir de março de 2020 as medidas tomadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) levaram à diminuição de procedimentos médicos eletivos a fim de aumentar os leitos disponíveis para internações relacionadas ao Covid-19. O efeito dessa medida foi de redução das ocupações hospitalares e, com isso, do custo das operadoras. A partir de terceiro trimestre foi identificado a redução gradual da sinistralidade, trazendo o indicador a níveis normais pré-pandemia no quarto trimestre.

(e) RISCO DE CONTINUIDADE OPERACIONAL

A extensão em que o COVID-19 afetará os negócios, a situação financeira, os resultados das operações da **SANTA CASA** dependerão de desenvolvimentos futuros, incluindo novas informações que possam surgir sobre a evolução do COVID-19.

Embora, não seja possível estimar razoavelmente a extensão de possíveis impactos nos negócios, nos resultados de operações e perspectivas, nossas projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais apresentam sofridas condições de continuidade das operações.

A **SANTA CASA** monitora continuamente a situação o mais próximo possível e está avaliando ativamente os possíveis impactos em seus negócios e implementando medidas que mitiguem potenciais riscos existentes e de eventos subsequentes.



EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a elaboração das demonstrações financeiras que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Mogi Guaçu, 23 de março de 2022

Romildo Fontaniello Provedor CPF: 441.210.598-91	Carlos Augusto dos Santos Borges Vice Provedor CPF: 006.639.596-83	Marcos Porto de Oliveira Diretor Secretário CPF: 395.666.926-68

José Maria Marcelo Diretor Tesoureiro CIC: 424.958.228-00	Reynaldo Luiz Lucon Diretor de Patrimônio CPF: 141.454.678-50	Sebastião dos Anjos Queiróz Contador CRC: 1SP063821-O/3



**PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

A

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI GUAÇU

Mogi Guaçu – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI GUAÇU**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI GUAÇU** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI GUAÇU**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo de ênfase

Incertezas relevantes relacionadas com a continuidade operacional

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentam déficit do exercício de (R\$ 3.369.362,15) e histórico de déficits recorrentes. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante quanto a capacidade operacional da Entidade. A continuidade dependerá das ações da administração da Entidade. As demonstrações contábeis foram preparadas com pressuposto de continuidade operacional normal de suas atividades e não incluem ajuste relativo a realização e classificação de ativos ou aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Entidade continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.



**PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem lucrativos com registro no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

2



**PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São João da Boa Vista - SP, 16 de março de 2022

PAES DE MENEZES AUDITORES ASSOCIADOS S/S
CRC - 2SP023510/O-6



ANDREA SOARES PAES DE MENEZES
Contadora CRC-ISP-257968/O-5



**PARECER DO CONSELHO
FISCAL**

Os membros do **CONSELHO FISCAL** da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI GUAÇU**, abaixo assinados, tendo procedido ao exame da escrituração contábil relativa ao exercício findo em **31 de dezembro de 2021** através da documentação exibida pela contabilidade; que se encontra também à disposição de eventuais interessados, são de parecer que:

- O BALANÇO PATRIMONIAL,
- A DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT / (DÉFICIT),
- A DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL,
- A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
- AS NOTAS EXPLICATIVAS, e
- O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES acima transcrito,

REPRESENTAM FIELMENTE O MOVIMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA ENTIDADE NO EXERCÍCIO DE 2019, merecendo total aprovação por parte deste CONSELHO e da ASSEMBLÉIA GERAL.

Mogi Guaçu, 21 de março de 2022

Caio Albino de Souza Presidente do Conselho Fiscal CPF: 276.318.528-20	Jose Carlos Romani Membro do Conselho Fiscal CPF: 718.624.988-49	Roberto Antonialli Junior Membro do Conselho Fiscal CPF: 025.069.928-12